

Nessa luta, o governo tem nosso apoio irrestrito.

Embora as informações não estivessem inteiramente confirmadas e o seu conteúdo completamente esclarecido, noticiava-se ontem que mais uma vez o chefe da Reserva Federal americana, sr. Paul Volcker, que lá nos EUA tem cargo mais ou menos equivalente ao do presidente do Banco Central aqui no Brasil, estava agindo pessoalmente em nosso favor, no sentido de convencer os bancos a continuarem sustentando o fluxo de caixa brasileiro.

É preciso certa cautela com esse tipo de notícia, pois geralmente ela chega a jornalistas brasileiros através de fontes que têm interesse em colorir os fatos de maneira inteiramente favorável. Assim, o sr. Volcker tem surgido no noticiário da imprensa brasileira, nesta e em outras ocasiões, como uma espécie de advogado dos nossos interesses junto à comunidade financeira norte-americana, o que não é bem o caso. Ele é um advogado dos próprios interesses daquela comunidade financeira e o que tem feito é advertir os bancos de que uma atitude imediatista, baseada em critérios excessivamente financeiros apenas — nas relações com o Brasil —, pode ser muito prejudicial.

Entendemos que ele realmente pode ter-se reunido com os representantes dos bancos coordenadores dos programas de apoio financeiro ao Brasil para uma avaliação do andamento desses programas, avaliação esta que inclui também, é evidente, alguma análise a respeito da melhor forma de preservar de abalos os próprios bancos envolvidos.

Pensamos que só no contexto de uma análise desse tipo poderia ter surgido, conforme mencionada pelo noticiário, a idéia da substituição da atual comissão coordenadora do apoio ao Brasil por algo diferente, que ali se costuma chamar de steering committee. Essa expressão pertence ao jargão do Fundo Monetário Internacional e tem um significado específico: designa uma comissão cuja tarefa é mais do que coordenar ou executar ordens de cima; sua missão vai ao ponto de ditar orientação às partes envolvidas na pendência, normas de comportamento para elas, como devem proceder para saírem de um impasse. Steering, em inglês, quer dizer pilotar.

Lembramos que, quando o governo brasileiro apresentou sua proposta de renegociação da dívida aos credores, em dezembro do ano passado, e ficou formada a comissão coordenadora do programa, o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, fez questão de dizer que não se tratava de um steering committee, porque ele sabe que esta expressão designa um organismo com autoridade para determinar as linhas de política econômica interna do governo devedor. É claro que os credores, no caso de acharem necessário um organismo desse tipo, também se comprometem a acolher sua orientação e a comparecerem sem tergiversações com o numerário necessário no momento preciso.

Por tudo isso, depreendemos do noticiário que provavelmente se pode ter chegado à conclusão — naquela reunião entre os maiores bancos credores do Brasil e o sr. Paul Volcker — de que o esforço dos coordenadores não trouxe os resultados que eram necessários e que, portanto, num novo acordo, de prazo mais longo, seria conveniente formalizar um organismo com poderes de atuação mais decisiva.

Isso pode ter sido, até mesmo, consequência da constatação de que o governo brasileiro não conseguiu cumprir inteiramente as metas definidas no compromisso com o FMI, basicamente a de reduzir o déficit público, e que, portanto, estaria na hora de os credores privados cuidarem mais de perto dos seus próprios interesses e disporem de um mecanismo mais capaz de persuadir nosso governo a atuar com maior firmeza dentro das linhas definidas. Não nos iludamos muito: existe uma corrente dura entre os credores, para a qual o governo brasileiro é muito conversador e simpático, mas pouco cumpridor da sua palavra. Essa corrente esteve, até agora, em plano secundário nas negociações, em benefício da corrente mais conciliadora. Se se confirmar a notícia da criação do chamado steering committee, podemos interpretar isso como sinal de uma atividade mais desembaraçada da corrente dura, em vista dos fracos resultados obtidos pela outra.

Ao mesmo tempo, temos notícias, no plano interno, de que o governo estaria cogitando de colocar seus próprios ministros como presidentes dos conselhos de administração das empresas estatais vinculadas aos diversos ministérios. Trata-se, obviamente, de uma decisão política, muito mais do que técnico-administrativa. Ninguém pense que os ministros terão condições de presidir reuniões de conselhos de administração das empresas a eles vinculadas. Em alguns ministérios são dezenas de empresas. Mas isso tornaria o ministro responsável pessoalmente por tudo o que a empresa fizer, obrigando-o a melhor controlar uma máquina que usualmente atua de maneira quase autônoma, e até à revelia das diretrizes políticas governamentais. As diretorias executivas das empresas estatais têm-se transformado em ninhos de "conspiração" contra o governo, no sentido de que tudo fazem para se proteger e proteger as empresas que dirigem dos sacrifícios que o governo exige do resto da população. Temos um exemplo típico no momento, com o presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki — esse paradigma da nomenclatura nacional —, enfrentando, atrevidamente, seu superior hierárquico, ministro César Cals, e tentando derrubá-lo. E, afinal de contas, gostemos ou não do sr. Cals, é ele o responsável pela implementação na Petrobrás das diretrizes políticas do governo, independentemente do que pense o sr. Ueki ou a diretoria da Petrobrás.

É óbvio que nesse ambiente de rebeldia dentro do governo não é possível um combate eficaz ao déficit do setor público, que todas as pessoas sensatas, aqui e lá fora, consideram, no momento, o problema número um. A idéia, lá fora, de se criar um steering committee para cuidar do caso brasileiro não estaria, portanto, inteiramente desvinculada dessa idéia do próprio governo de reforçar seu